VEREADOR — PERDA DE MANDATO — DECÓRO PARLAMENTAR — COMPETÊNCIA DA CÂMARA

— *As medidas políticas, sujeitas à discricção de um dos poderes, não podem ser censuradas pelo Judiciário, salvo quando tomadas com preterição formal.*

— *Interpretação do art. 48, § 2º, da Constituição.*

— *Idem, da Lei nº 211, de 1948.*

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Joaquim Galvão de França Pacheco Júnior *versus* Câmara Municipal de Itu
Recurso de mandado de segurança nº 5.390 — Relator: Sr. Ministro
LAFAYETTE DE ANDRADA

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de Recurso de Mandado de Segurança nº 5.390, de São Paulo, recorrente — Joaquim Galvão de França Pacheco

Júnior e recorrida — Câmara Municipal de Itu:

Acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plena negar provimento, unanimemente, de acórdo com as notas taquigráficas nos autos.

Custas da lei.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1958. — *Orozimbo Nonato*, Presidente.
— *Lafayette de Andrada*, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Lafayette de Andrada

— Eis a decisão recorrida:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição nº 83.659, da comarca de Itu, em que é agravante Joaquim Galvão de França Pacheco Júnior, sendo agravada a Câmara Municipal de Itu:

Acordam em sessão de Segunda Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado, por votação unânime, negar provimento ao agravo.

O recorrente impetrou mandado de segurança contra a Resolução da Câmara Municipal de Itu, pela qual foi-lhe cassado o mandato de vereador, com fundamento no art. 48, § 2º da Constituição Federal em 1946, combinado com o art. 1º, letra "d" da Lei Federal nº 211, de 7 de janeiro de 1948.

Alega o impetrante que a Resolução da Câmara é nula, pelas razões seguintes: 1º) — a Comissão Especial de inquérito compunha-se de cinco membros: o representante do PSP afastou-se e tal fato foi levado ao conhecimento da Presidência, para o fim de ser providenciada a substituição, nos termos do art. 38 do Regimento Interno; no entanto, não se fez a substituição e o parecer foi subscrito por apenas quatro membros; 2º) — o inquérito foi remetido diretamente para a Comissão de Justiça e Redação, sem cumprimento do disposto no art. 71 do Regimento Interno; 3º) — a defesa foi cerceada; a) porque a cópia do relatório do inquérito só lhe foi entregue três dias antes da sessão, sendo que desses dias, um era domingo e outro, feriado; b) em plenário, teve apenas 40 minutos para sua defesa, sendo-lhe negada a prorrogação pedida; 4º) — A Câmara Municipal de Itu não pode cassar mandato de seus vereadores porque dispõe a Lei nº 211 que a cassação de mandato será processada nos termos do Regimento Interno de cada Corpo Legislativo e o Regimento da Câmara de Itu é omissivo quanto a tal matéria; 5º) — foi injusta a Resolução, pois duran-

te todo o tempo em que exerceu o mandato, teve como principal preocupação a preservação de decóro e dignidade da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal, pela sua Presidência, prestou as informações de fls. 95. Diz que o Regimento Interno não é omissivo, como alega o impetrante, pois dispõe em seu art. 60, parágrafo único, que qualquer proposição atinente ao funcionamento e ao expediente da Câmara, deverá ser objeto de Projeto de Resolução. Os artigos seguintes disciplinam os trâmites a que deve atender qualquer objeto, digo, qualquer projeto, tanto de lei, como de resolução. Se lacuna houvesse, diz ainda a Presidência, não estaria a Câmara impedida de salvaguardar o decóro, pois, de conformidade com o art. 157 do seu Regimento, as deliberações do Presidente ou da Câmara, interpretando o regimento, ou a respeito de casos não previstos nêle, serão anotados para constituir precedentes que deverão ser observados.

A seguir, sustenta que a Comissão Especial não era necessária pois os doze vereadores que tiveram a iniciativa da repulsa aos abusos do impetrante poderiam ter oferecido desde logo o Projeto de Resolução. Pediram, no entanto, a nomeação da Comissão Especial e o requerimento foi objeto de deliberação pela Câmara.

Informa, também, que o vereador Orestes Fausto Bonini não pediu dispensa da Comissão, mas tão-somente fôsse relevada sua audiência, tanto que compareceu e requereu durante a segunda e última reunião, foi só depois de concluída a tarefa e quando restava apenas redigir o relatório, que pediu dispensa, nos termos do artigo 19, § 2º do Regimento.

A propósito do prazo para a defesa, dizem as informações que a Comissão de Justiça e Redação julgou de bom alvitre conceder ao impetrante vista do processo na Secretaria, embora tal providência não fôsse necessária. Ao invés de produzir a defesa, preferiu pedir certidão do relatório, que lhe foi concedida com tempo de sobra para intertir-se das acusações.

Relativamente ao mérito da Resolução, a Presidência consignou que a cassação do mandato resultou de uma série de abusos perpetrados pelo vereador,

como se verifica do relatório da Comissão Especial.

Sôbre o pedido manifestou-se a promotoria pública, opinando pela concessão do mandato, porque o Regimento Interno é omissivo quanto ao processo de cassação de mandato (“nulla justitia sine lege”), e ainda porque não foram asseguradas as garantias de defesa.

Pela sentença de fls. 305, foi denejada a ordem.

Agravou o impetrante. O recurso foi regularmente processado.

A Procuradoria Geral da Justiça requereu a juntada do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itu. O pedido foi deferido pelo relator.

Ao fazer a juntada dêsse documento, o impetrante fez novas e alentadas considerações e juntou novos documentos, sôbre os quais não foi ouvida a parte contrária.

O parecer da Procuradoria Geral da Justiça (fls. 384) foi no sentido de se conceder a ordem, por ter sido ilegal o ato da Câmara Municipal de Itu.

É o relatório.

O presente processo oferece ensejo para o exame de diversas e interessantes questões de direito. A primeira delas, pela sua relevância, embora não abordada pelo impetrante, é a da inconstitucionalidade da Lei Federal número 211, de 7 de janeiro de 1946. O Dr. Hely Lopes Meirelles em sua excelente obra: — “Direito Municipal Brasileiro” (1957 — editôra Revista dos Tribunais), tratando do problema da cassação de mandatos pelas Câmaras Municipais, apresenta a seguinte nota: “Quanto aos vereadores paulistas, tem sido aplicada a Lei Federal nº 211, de 7 de janeiro de 1948, mas que, a nosso ver, é inconstitucional precisamente nessa parte, por ter invadido a competência estadual no dispor sôbre a cassação de mandatos de membros de corpos legislativos municipais, conforme temos sustentado em várias oportunidades” (vol. II, pág. 654).

Não é inconstitucional o texto indicado. A perda de mandato político é matéria que se entrosa intimamente com o direito eleitoral. É assunto que interessa ao próprio regime democrático. Assim sendo, ao próprio legislador federal caberia traçar os limites dos legislativos estaduais. A Lei nº 211, de

1947 mais não fêz do que limitar os casos de extinção de mandatos dos membros dos corpos legislativos, cercando o âmbito dos poderes implícitos do Estado e do Município.

Aliás, a mesma lei tem sido invocada em diversos outros casos de cassação de mandato de vereador, já examinados pelos Tribunais, sem que jamais haja sido posta em dúvida a sua constitucionalidade.

Entre os diversos casos de extinção de mandato legislativo, a Lei número 211 enumera a perda “nos casos dos §§ 1º e 2º do art. 48 da Constituição Federal”. Ora, como tais parágrafos dizem respeito aos deputados e senadores federais, poder-se-ia deduzir que não se previu, legalmente, a perda do mandato de deputados estaduais e de vereadores. Mas o argumento é superado prontamente, uma vez que a Constituição do Estado estabeleceu os mesmos motivos para os deputados e a lei orgânica dos municípios, por sua vez, prevê a perda do mandato de vereador, no § 2º, do art. 29, introduzido pela Lei nº 1.404, de 21 de dezembro de 1951.

O principal argumento deduzido pelo impetrante é que pela lei federal, a cassação do mandato será feita nos termos do Regimento de cada Corpo Legislativo; como o Regimento da Câmara de Itu é omissivo, segue-se que não há possibilidade de ser declarada a perda de mandato de seus vereadores.

A questão deve ser olhada por dois ângulos. Já se viu que a falta de decôro parlamentar é motivo previsto na Constituição, na Lei Federal, enfim no direito substantivo, como causa de perda do mandato legislativo. Aos Municípios também se permite tal declaração desde que haja determinado “quorum”. Quanto ao processo, a lei determinou fôsse observado o disposto nos Regimentos Internos. É este segundo ângulo o da matéria processual que merece a atenção neste julgamento, pois a Procuradoria Geral da Justiça desenvolveu seu parecer nesse sentido, sustentando que o Regimento da Câmara Municipal de Itu é omissivo quanto à forma.

Não houve omissão no Regimento Interno da Câmara de Itu, no que tange à matéria. Acêrca de decôro Parlamentar dispõe o Regimento em seus artigos

133, 136 e 146. Neste último dispositivo, diz que se algum;

b) compete a Mesa expô-lo à Câmara, cometer excesso que deva ter repressão, a Mesa conhecerá do fato, expondo-a à Casa que deliberará a respeito em sessão secreta.

Dêsse dispositivo decorrem os seguintes requisitos:

a) no caso de falta de decôro, dentro do edifício, a Mesa deve conhecer do caso;

b) compete a Mesa expô-lo à Câmara;

c) compete à Câmara deliberar;

d) a deliberação será em sessão secreta.

O dispositivo não exclui o conhecimento de outros fatos que importem em falta de decôro parlamentar, ocorridos fora do edifício da Câmara.

Pelo enunciado do art. 146, a repressão contra o Vereador faltoso será feita através de uma *deliberação* da Câmara.

No parágrafo único do art. 68, ficou esclarecido que se consideram resoluções as deliberações atinentes ao funcionamento e expediente da Câmara Municipal e as que se referirem a recursos de atos do Presidente ou de Prefeito. Enfim, as manifestações da Câmara são exercidas ou pelas leis, ou, nas matérias que não sejam objeto de lei, pelas resoluções.

A cassação de mandato de vereador, em face do Regimento Interno, deverá ser processada sob a forma de Resolução. Requer-se, mais, pela Lei estadual orgânica dos municípios, que seja aprovada por dois terços dos vereadores.

No caso, êsses requisitos foram observados. A perda do mandato se processou sob a forma de Resolução e foi votada pelo "quorum" legal.

Os vereadores que subscreveram o pedido de inquérito podiam, desde logo, oferecer o projeto de resolução. No entanto, preferiram que a deliberação fôsse precedida de inquérito e parecer de uma comissão especial. Esse foi o meio que encontraram para melhor assegurar a defesa do vereador indicado como faltoso.

A Comissão especial foi nomeada de forma regimental. Realizou duas sessões e encerrou seus trabalhos ofere-

cendo relatório. O representante do P. S. P. só pediu seu afastamento depois da segunda sessão. Não havia mister nomeação, pela Câmara de um substituto só para a assinatura do relatório.

Queixa-se o impetrante de que não teve tempo suficiente para o estudo do inquérito da Comissão especial, nem para se defender durante a sessão da Câmara. Não tem razão. O impetrante teve vista do processo — vista essa não estabelecida no Regimento, mas concedida por liberalidade — a partir do dia 3 de dezembro. No dia 4, pediu certidão do relatório. Obteve-a no dia 7. A sessão deliberativa realizou-se a 10, às 20 horas. Durante a sessão, teve ensejo de se manifestar e falou durante quarenta minutos. Não merece censura a sentença quando diz que foram observados os requisitos mínimos e que a defesa estêve assegurada.

Em acórdão da lavra do eminente Desembargador Mário Mazagão, consignou-se que basta, para a cassação do mandato de vereador, nos termos da Lei nº 211, art. 1º, letra "d", o voto de dois terços dos membros de sua Câmara, não havendo lei que estabeleça requisito especial para defesa do vereador em tal emergência (Rev. dos Tribunais, págs. 186-748).

No presente caso observaram-se as seguintes formalidades:

a) representação de vereadores à Mesa;

b) constituição de Comissão especial, com representação dos partidos, inclusive daquele a que pertencia o vereador;

c) duas sessões dessa Comissão que apresentou relatório;

d) remessa do inquérito à Comissão de Justiça;

e) vista especial ao vereador interessado;

f) fornecimento da certidão por êle pedida;

g) convocação antecipada da sessão da Câmara;

h) debates amplos do assunto.

Não se trata, no caso, de procedimento criminal, em que as fórmulas são rígidas em favor do acusado, mas de uma resolução de natureza política de corpo legislativo. Não se trata, no caso, de procedimento criminal, em que

as fórmulas são rígidas em favor do acusado, mas de uma resolução de natureza e política de corpo legislativo. Não havia é mister de outras formalidades.

Em outra decisão acêrca da mesma matéria, a E. 5ª Câmara, em acórdão subscrito pelo eminente desembargador Alcides Faro considerou ilegal a cassação do mandato de vereador, pela inobservância do Regimento Interno, sem que procedesse parecer, emitido de comissão e sem tramitação regular. No presente caso, apresentaram-se relatório da comissão especial e parecer da comissão permanente, e a tramitação foi perfeitamente regular.

A ninguém de melhores argumentos diz o recorrente que a segunda discussão se fez em sessão extraordinária em dia que não podia ser realizada. Não se casa o argumento com a disposição regimental. As sessões extraordinárias podem ser realizadas em qualquer dia da semana ou mesmo em domingo.

O "quorum" de dois terços de vereadores é o elemento de segurança estabelecido pelo legislador estadual. A cassação determinada por "quorum", inferior ao previsto é nula. Nesse sentido já decidiu este Tribunal (Rev. dos Tribunais 211-338). No caso, porém, foi observado o "quorum". A votação se fez sem qualquer defeito. Não pode ser levada em consideração o argumento de que a votação não se processou legalmente só pelo fato de haver um lapso na ata da sessão, corrigido em tempo e de forma regular.

A doutrina e a jurisprudência são acordes em que as medidas políticas sujeitas à discricção de um dos poderes não podem ser censuradas pelo Judiciário, salvo quando tomadas com preterição formal (Rev. dos Tribunais 215-229, Arq. Jud. 92-327, 90-395): As formalidades legais foram observadas no presente caso. No entanto, o impetrante alega que o mérito da cassação deve também ser apreciado porque teria havido excesso de poder por parte da Câmara Municipal.

O "*détournement de pouvoir*", ou como dizem os italianos "sviamento di potere", tem sido considerado caso de anulamento de ato discricionário. Segundo a lição de Fleiner, não apenas limitações extrínsecas, mas também cer-

tas limitações internas são impostas ao poder discricionário. Assim, à autoridade se proíbe expedir ordens por mero capricho, utilizando sua competência; ao exercer seu poder discricionário, não pode impor o seu arbitrio em caso particular, mas atender aos fatores que a lei quer que se tenham em consideração. Resolve êsse autor o "*détournement de pouvoir*" como uma forma de incompetência.

Hauriou coloca o problema de outra maneira. Para êle, o "*détournement de pouvoir*" consiste no fato de uma autoridade administrativa, que pratica um ato de sua competência, observando as formalidades, não cometendo qualquer violação da lei, usar do seu poder para fins e em vista de motivos diferentes daqueles para os quais e em vista dos quais êste poder lhe foi conferido, isto é, diferentes daqueles que impõe a moralidade administrativa. É uma violação da boa fé, porque a administração deve agir de boa fé, e isso faz parte de sua moral" (Précis, pág. 269).

Seabra Fagundes é de parecer que a atividade administrativa é condicionada pela lei à obtenção de determinados resultados e a administração não pode dêles desviar, demandando resultados diversos dos visados pelo legislador. Assim, se a lei previu em que o ato fôsse praticado visando certa finalidade, mas a autoridade o praticou com finalidade diversa, houve uma burla da intenção legal. "A autoridade agiu contrariando o espírito da lei. Não importa que a diferente finalidade e justa, o ato será inválido, por divergir da orientação legal". (O contróle dos atos administrativos, pág. 90).

Seja o abuso ou desvio de poder uma forma de incompetência, seja ilicitude por violação do princípio da boa fé, seja ausência de autorização legal, por burla do seu espírito, sempre que alguém sofrer ou houver justo receio de sofrer violação de direito líquido e certo por ato ilegal ou com abuso de poder.

Assim sendo, deve ser apreciada a alegação de abuso de poder feita pelo impetrante.

Teria a Câmara agido com "abuso de poder"? Isto é, teria feito uso de sua competência para fins diversos do que a lei prevê? A Câmara está legalmente autorizada a decretar a perda de

mandato do vereador que faltar com o decôro parlamentar. Mas, a lei não conceitua “decôro” parlamentar. Esta é uma expressão de sentido mais ou menos indeterminado e vago, apreciável em cada caso e segundo a “sensibilidade” de cada um.

Em caso semelhante, a E. 1ª Câmara dêste Tribunal, assim decidiu: “Não se pode verificar se o impetrado efetivamente praticou algum ato suscetível de ser reputado ofensivo do decôro da corporação a que pertencia. A esta e sômente a esta é que cabe decidir a respeito, de acôrdo com a sua sensibilidade, vedada a intervenção de qualquer outro Poder no julgamento do magno assunto (Rev. dos Tribunais 215-299).

No relatório da Comissão especial ficou dito que o impetrante além de injuriar autoridades, de ofender seus pares, usava de expressões tão cruas que nem sequer podiam figurar nos assentamentos das sessões. A Câmara, em sua sensibilidade, em seu juízo, entendeu que tal conduta importa em ofensa ao decôro.

Não se encontra, portanto, demonstrado de modo evidente o abuso de poder a que alude o recorrente. E o mandado de segurança sômente poderia ser concedido se evidente a ilegalidade do ato.

Pelo exposto, nega-se provimento ao recurso, confirmando-se a decisão recorrida pelos fundamentos.

Custas na forma da lei.

Joaquim Galvão de França Pacheco Júnior recorre insistindo no cabimento do mandado e em sua procedência: ler.

O recurso está arrazoado e o Procurador Geral opinou:

“A decisão recorrida (fls. 390-401) proferida, por unanimidade de votos, pela 2ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, manteve sentença de 1ª instância (fls. 305-309) que denegou mandado de segurança impetrado contra ato da Câmara Municipal de Itu, que cassou o mandato de vereador do impetrante, com fundamento no art. 48, § 2º da Constituição e art. 1º, letra d, da lei nº 211, de 7-1-48.

Com relação à arguição de inconstitucionalidade da lei federal nº 211, de 1948, diz o aresto recorrido:

“Não é inconstitucional o texto indi-

cado. A perda de mandato político é matéria que se entrosa intimamente com o direito eleitoral. É assunto que interessa ao próprio regime democrático. Assim sendo, ao próprio legislador federal caberia traçar os limites dos legislativos estaduais. A Lei nº 211, de 7-1-48, mais não fez do que limitar os casos de extinção de mandatos dos membros dos corpos legislativos, cercando o âmbito dos poderes implícitos, do Estado e do Município.

Aliás, a mesma lei tem sido invocada em diversos outros casos de cassação de mandato de vereador, já examinado pelos Tribunais, sem que jamais haja sido posta em dúvida a sua constitucionalidade”.

Sôbre o contrôle jurisdicional do ato impugnado comenta o acórdão em causa:

“A doutrina e a jurisprudência são acordes em que as medidas políticas sujeitas à discrição de um dos poderes não podem ser censuradas pelo Judiciário, salvo quando tomadas com preterição formal (Rev. dos Tribunais 15-299, Arq. Jud. 927327, 90-395). As formalidades legais foram observadas no presente caso. No entanto, o impetrante alega que o mérito da cassação deve também ser apreciado porque teria havido excesso de poder por parte da Câmara Municipal”.

“Teria a Câmara agido com “abuso de poder”? Isto é, teria feito uso de sua competência para fins diversos do que a lei prevê? A Câmara está legalmente autorizada a decretar a perda de mandato do vereador que faltar com o decôro parlamentar. Mas, a lei não conceitua “decôro” parlamentar. Esta é uma expressão de sentido mais ou menos indeterminado e vago, apreciável em cada caso e segundo a “sensibilidade” de cada um.

Em caso semelhante, a E. 1ª Câmara dêste Tribunal, assim decidiu: “Não se pode verificar se o impetrado efetivamente praticou algum ato suscetível de ser reputado ofensivo do decôro da corporação a que pertencia. A esta e sômente a esta é que cabe decidir a respeito, de acôrdo com a sua sensibilidade, vedada a intervenção de qualquer outro Poder no julgamento do magno assunto” (Rev. dos Tribunais 215-299).

No relatório da comissão especial fi-

cou dito que o impetrante além de injuriar autoridades, de ofender seus pares, usava de expressões tão cruas que nem sequer podiam figurar nos assentamentos das sessões. A Câmara, em sua sensibilidade, em seu juízo, entendeu que tal conduta importa em ofensa ao decóro.

Não se encontra, portanto, demonstrado de modo evidente o abuso de poder a que alude o recorrente. E o mandado de segurança somente poderia ser concedido se evidente a ilegalidade do ato”.

Foi interposto recurso ordinário (fls. 403-423) regularmente processado.

A decisão recorrida merece confirmação, por seus jurídicos fundamentos: não há direito líquido e certo a amparar”.

E o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Lafayette de Andrada — O acórdão está claro, bem fundamentado e convence da ausência de um direito líquido e certo, ou melhor, de um abuso de poder, de atos contrários à lei.

Acentuou o Juiz de primeira instância:

“Compete à Câmara, pelo voto de dois terços de seus membros, a declaração da perda do mandato de vereador, cujo procedimento seja reputado incompatível com o decóro parlamentar. É o princípio do § 2º do art. 48 da Constituição Federal que se estende a todos os corpos legislativos. E no caso dos autos, não se contesta que o Projeto de Resolução foi aprovado por mais de dois terços dos vereadores, em duas discussões.

E não houve, no correr do processo, e votação do projeto, qualquer flagrante violação de lei ou de princípio jurídico que pudesse acarretar a ilegalidade da Resolução. A apresentação do Projeto, precederam as investigações realizadas por comissão especial, instituída pelo plenário, não faltando entre os membros da mesma um companheiro de bancada do impetrante. Em nada importa o fato de haver esse vereador da oposição pedido o seu afastamento da comissão, quando se observa que ele só o fez por ocasião da segunda e última reunião e que ainda nessa ocasião esteve presente na sala onde a comissão se reunia. Tanto é assim que, pe-

los termos do requerimento em que pediu o afastamento, se verifica que ele foi escrito, assinado e apresentado no recinto em que se reunia a comissão (fls. 36).

Apresentado o relatório da comissão, teve o impetrante vista do processo, pelo prazo de 48 horas, sendo intimado da abertura a 3 de dezembro. A 4 de dezembro requeria o impetrante que lhe fôsse entregue uma certidão do relatório da comissão (fls. 121), e de fato a recebeu no dia 7 de dezembro, conforme o confessa o impetrante (fls. 8 infra). E como constam desse relatório as acusações feitas à conduta do impetrante, não se pode aceitar a alegação de que teve apenas seis horas para preparar sua defesa. E esta o impetrante a produziu, durante as duas discussões a que foi submetido o Projeto de Resolução, quando também foi defendido pelo vereador Ulisses de Moraes, seu colega de bancada.

Formalmente, tudo se processou em ordem, de modo que não ocorre ilegalidade que deva ser sanada por meio de mandado de segurança. E como já se tem decidido, não cabe ao judiciário o julgamento da justiça das decisões dessa natureza. Mas ainda que se admitisse a apreciação do mérito pelo judiciário, não poderia este, num processo de mandado de segurança, em que o julgamento se faz de plano, ir além dos casos em que a flagrante injustiça da coerção importasse na sua ilegalidade. Contra o impetrante, todavia, foram feitas acusações formais, de modo que nem mesmo a injustiça da Resolução impugnada se poderia, de plano, reconhecer e proclamar.

Outra tese sustentada pelo impetrante é a de que seria necessário traçasse o Regimento Interno as normas do processo da cassação, para que esta se pudesse efetivar. Não tem procedência a alegação. O processo das decisões políticas não se submete ao rigor formalístico do procedimento criminal. E no caso em tela, a Câmara adotou o procedimento que lhe pareceu mais adequado aprovando o Projeto de Resolução em duas discussões, por mais de dois terços de seus membros, após investigações por comissão especial instituída pelo plenário, apresentação de relatório pela comissão, vista do proces-

sado ao impetrante, parecer da comissão de Justiça e debates em plenário, onde o impetrante teve oportunidade para defender-se pessoalmente e foi defendido por colega de bancada. Teve o impetrante a possibilidade de defender-se, dentro das condições mínimas exigíveis para o caso. Tratando-se de decisão de caráter político, em que a Câmara age discricionariamente, não têm aplicação analógica em relação a ela as garantias peculiares ao processo criminal. Nem há como cogitar-se da aplicação do princípio estatuído no § 25 do artigo 141 da Constituição Federal, por inexistir “acusado”, no sentido do texto constitucional (conforme Rev. dos Tribs. vol. 186, pág. 748)”.

Estou de acôrdo.

Mantenho a decisão, negando provimento ao recurso.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: Negaram provimento, unânimemente.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Orozimbo Nonato da Silva.

Ausente, justificadamente, o Exmo. Sr. Ministro Henrique D'Ávila (substituto do Exmo. Sr. Ministro Nelson Hungria que se acha em exercício no Tribunal Superior Eleitoral).

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Ministros Lafayette de Andrada, Relator, Afrânio Costa (substituto do Exmo. Sr. Ministro Rocha Laga que se acha em exercício no Tribunal Superior Eleitoral), Villas Boas, Cândido Motta, Ary Franco, Luiz Gallotti, Hahnemann Guimarães, Ribeiro da Costa e Barros Barreto. — *Hugo Mósca*, Vice-Diretor Interino.